



**Processo nº** 11131.720584/2013-97

**Recurso** Voluntário

**Resolução nº** 3402-003.188 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento/4<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Sessão de** 23 de setembro de 2021

**Assunto** DILIGÊNCIA

**Recorrente** FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ

**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto da relatora.

(assinado digitalmente)

Pedro Sousa Bispo – Presidente.

(assinado digitalmente)

Cynthia Elena de Campos - Relatora.

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Lázaro Antônio Souza Soares, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Silvio Rennan do Nascimento Almeida, Cynthia Elena de Campos, Jorge Luís Cabral, Renata da Silveira Bilhim, Thais de Laurentiis Galkowicz e Pedro Sousa Bispo (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão nº 08-37.591 (e-fls. 278-301), proferido pela 7<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza/CE que, por unanimidade de votos, julgou improcedente a impugnação, mantendo o crédito tributário exigido, conforme Ementa abaixo:

### ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Data do fato gerador: 21/01/2013

PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL. DIFERENÇA DE OBJETOS NAS VIAS JUDICIAL E ADMINISTRATIVA. RENÚNCIA ÀS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS. NÃO OCORRÊNCIA.

Não se configura a renúncia às instâncias administrativas quando os objetos do processo judicial e do processo administrativo são totalmente diferentes, cabendo, neste caso, dar-se a este prosseguimento normal.

PRODUÇÃO DE PROVAS FORA DO PRAZO LEGAL. PRECLUSÃO.

A impugnação deve ser instruída com os documentos em que se fundamentar, precluindo o direito de fazê-lo em outro momento, salvo exceções previstas legalmente.

#### INTIMAÇÃO. MODALIDADES. COMPETÊNCIA.

No processo administrativo tributário, as intimações devem ser realizadas na forma prevista no art. 23 do Decreto nº 70.235/1972 e alterações posteriores, pela unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil responsável pelo preparo do processo, cabendo a ela decidir qual das modalidades de intimação admitidas pela lei deve ser utilizada para dar ciência dos atos processuais. Acaso seja utilizada a via postal ou o meio eletrônico, não há previsão legal para intimação em local diverso do domicílio tributário do sujeito passivo, sendo, portanto, incabível avenir-se nulidade acaso não atendido pedido nesse sentido.

**ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE.**

É vedado aos órgãos administrativos de julgamento afastar a aplicação de lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.

#### **ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Data do fato gerador: 21/01/2013

**JURISPRUDÊNCIA JUDICIAL. EFEITO *INTER PARTES*. NÃO VINCULAÇÃO.**

As decisões judiciais proferidas com efeito meramente *inter partes* não vinculam os julgamentos emanados pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento.

**DECISÕES ADMINISTRATIVAS. INEFICÁCIA NORMATIVA.**

Decisões administrativas, mesmo quando proferidas por órgãos colegiados, a exemplo do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-CARF, sem uma lei que lhes atribua eficácia normativa, somente vinculam as respectivas partes e no limite do respectivo processo.

#### **ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 21/01/2013

**ENTIDADE DE EDUCAÇÃO OU ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA OU ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. LEI ORDINÁRIA. REQUISITOS. DESCUMPRIMENTO. EFEITOS.**

O não atendimento dos requisitos estabelecidos em lei ordinária para a habilitação ao direito de pleitear imunidade tributária ou isenção das contribuições sociais, na importação de mercadorias, impede o acesso das entidades de educação ou de assistência social aos benefícios.

**IMUNIDADE TRIBUTÁRIA OU ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. DIREITO ADQUIRIDO. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE. APLICABILIDADE.**

Não há direito adquirido à imunidade tributária ou à isenção das contribuições sociais sob forma perpétua, cabendo à entidade interessada, para fazer jus ao benefício fiscal, se amoldar aos requisitos da legislação superveniente.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

#### **Por bem sintetizar os fatos, transcrevo o relatório da decisão recorrida:**

Trata-se do crédito tributário constituído por meio dos autos de infração de fls. 5-23, 26-29, 32-35 e 38-41, no valor total originário (na data do lançamento) de R\$ 41.146,79, correspondente ao Imposto de Importação, ao IPI, à COFINS-Importação e ao PIS/PASEP-Importação, além de multas e juros de mora, incidentes sobre mercadorias

importadas pela Fundação Edson Queiroz, tendo a autoridade fiscal autuante relatado que:

- a) a empresa autuada pleiteou, em relação às mercadorias importadas por meio da Declaração de Importação nº 13/0130454-0, registrada em 21/01/2013, a imunidade do Imposto de Importação e do IPI, com fulcro no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, e a isenção das contribuições sociais (PIS e COFINS), com base no art. 2º, inciso VII, da Lei nº 10.865/2004;
- b) intimada, em 24/01/2013, a apresentar os documentos relacionados no art. 141 do Decreto nº 6.759/2009, entre os quais, a declaração do Ministério da Educação informando a compatibilidade dos bens importados à atividade da instituição, comprovação de que a entidade não distribui lucros aos seus diretores, documentação que comprove a não remuneração de seus dirigentes, etc.;
- c) tendo o importador silenciado, foram iniciados os procedimentos para a lavratura de auto de infração para aplicar o perdimento das mercadorias por abandono;
- d) cientificado da pretensão fiscal, o importador comunicou haver impetrado mandado de segurança na Justiça Federal da 5<sup>a</sup> Região, com pedido de liminar solicitando a liberação de referida mercadoria (processo judicial nº 0800242-40.2013.4.058100);
- e) em 06/05/2013, a fiscalização foi comunicada de sentença concessiva de segurança determinando que a autoridade impetrada se abstivesse de condicionar o desembaraço aduaneiro e a liberação dos equipamentos descritos na DI nº 13/0130454-0 ao recolhimento do II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação incidentes na correspondente operação de comércio exterior, sem prejuízo do lançamento dos créditos tributários pertinentes e a lavratura dos autos infracionais que porventura se justificassem;
- f) em 07/05/2013, a fiscalização intimou o importador a informar as razões pelas quais não apresentou os documentos requisitados, obtendo, em resposta, a informação de que a questão da imunidade tributária seria discutida por ocasião da apresentação da impugnação administrativa;
- g) em virtude de tal resposta, a fiscalização procedeu ao lançamento dos tributos e acréscimos legais devidos, ao não reconhecer a imunidade e a isenção pretendidas, em virtude da falta de comprovação da condição pleiteada;
- h) o crédito tributário está *sub judice*, em face do recolhimento dos valores devidos em conta judicial.

Cientificada do lançamento em 10/05/2013 (fls. 148), a empresa autuada apresentou, em 10/06/2013, a impugnação de fls. 149-174, na qual traz as seguintes alegações:

#### **I - Tempestividade da impugnação**

- a) “a Impugnante tomou ciência da lavratura do Auto de Infração no dia 10/05/2013 (sexta-feira)”;;
- b) “o prazo para a apresentação da presente Impugnação iniciou-se no dia 13/05/2013 (segunda-feira), e contando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias para apresentação da Impugnação, findar-se-á na data de 11/06/2013 (terça-feira)”;;
- c) “não resta dúvida quanto à tempestividade da presente Impugnação Administrativa”.

#### **II - Da ação judicial**

- a) inconformada com os elevados custos de armazenagem e com o prejuízo a suas atividades acadêmicas, impetrou o Mandado de Segurança nº 0800242-40.2013.4.05.8100, distribuído para a 3<sup>a</sup> Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará;
- b) visando suspender a exigibilidade dos tributos incidentes na importação e agilizar a liberação das mercadorias, efetuou depósitos judiciais nos valores integrais exigidos pelo Fisco;

### III - Do direito à imunidade tributária

- c) o auto de infração não merece prosperar, tendo em vista que goza da imunidade tributária;
- d) que o requisito formal para que uma entidade tenha direito à imunidade tributária é que esta tenha o objetivo específico de prestar educação ou assistência social, sem fins lucrativos;
- e) a Constituição Federal remeteu os demais requisitos à legislação específica que, conforme interpretação do Supremo Tribunal Federal há de ser veiculada por lei ordinária, e, quando necessária a legislação complementar, o texto constitucional faz menção expressa a isto;
- f) conforme esse entendimento, a imunidade será regulamentada por lei complementar, no que se refere ao seu objeto material, e por lei ordinária, no tocante aos requisitos de funcionamento das entidades de educação e assistência social;
- g) os requisitos caracterizadores da imunidade são disciplinados pelo art. 14 do Código Tributário Nacional (CTN), recepcionado como legislação complementar pela Constituição:

"Art. 14 - O disposto na alínea c do inciso IV do art. 9º (trata da imunidade das instituições de educação sem fins lucrativos) é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I - não distribuirão qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II - aplicarem integralmente no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do art. 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do art. 9º são exclusivamente os relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previsto nos respectivos estatutos ou atos constitutivos."

- h) os incisos I e II estão em consonância com o requisito constitucional, especificando o caráter filantrópico das entidades, ao estabelecer que a renda por elas auferida não pode ser distribuída entre dirigentes ou sócios, devendo ser revertida, sempre, em benefício da própria entidade, e o inciso III consigna a necessidade de haver documentação fiscal hábil com vistas à certificação da veracidade do uso dos recursos em prol das pessoas assistidas;

i) a legislação ordinária estabeleceu, ademais, requisitos a serem obedecidos pelas entidades de educação e assistência social para o gozo da imunidade, estando eles descritos na Lei nº 8.212/91, em seu art. 55, alterado pela Lei nº 9.732/98: ser reconhecida de utilidade pública; ser portadora de Certificado ou Registro de Entidade de Fins Filantrópicos; não remunerar ou oferecer vantagens a seus sócios e dirigentes; apresentar relatório de atividades a órgão nacional; e realizar prestação gratuita de benefícios e serviços na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2028-5/DF, proposta contra a Lei nº 9.732/98, na parte em que alterou o artigo 55 da Lei nº 8.212/91, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia da norma mencionada no que respeita à inserção de novos requisitos para o reconhecimento da imunidade das entidades de educação e assistência social;

k) "cumpre juntar a presente defesa documentos que comprovam que a Impugnante é Entidade de Utilidade Pública bem como de Assistência Social, conforme atesta seu Estatuto Social";

- l) a imunidade tributária se configura com o fato de a entidade se dedicar ao assistencialismo social, observados os requisitos da lei para a fruição total da imunidade, lei esta que é o Código Tributário Nacional, que possui status de lei complementar, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial;
- m) a jurisprudência dominante dos tribunais pátrios ratificam a impossibilidade de lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- n) “a Impugnante comprova por meio de documentos (Estatuto Social, Ata de Reunião do Conselho Curador), que cumpre todos os requisitos exigidos no art. 14 do Código Tributário Nacional, para o gozo da imunidade tributária”;
- o) “o direito à imunidade tributária da Impugnante já fora reconhecido pela Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza - SEFIN, que concedeu parecer favorável a imunidade tributária pleiteada pela entidade, após verificação do atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 14 do CTN”;
- p) “a lavratura do guerreado Auto de Infração também viola a coisa julgada em favor da Impugnante, tendo em vista que de acordo com a AMS nº 77.854, relatada pela Desembargadora Margarida Cantarelli, a imunidade genérica do dispositivo constitucional aplica-se à Impugnante, em face do reconhecimento de sua condição de entidade beneficiante de assistência social”;
- q) “outro fundamento equivocado que justifica a lavratura do Auto de Infração é o fato da Impugnante não ter renovado o CEBAS junto ao CNAS”, “contudo, a exigência da renovação do certificado para a fruição do gozo da imunidade tributária é ilegal e abusiva, visto que ofende o disposto no art. 1º, § 2º do Decreto-Lei nº 1.572/77, que ressalva o direito adquirido à imunidade tributária das entidades reconhecidas à época como filantrópicas, e também para as entidades, que num prazo de 90 dias viessem a requerer o referido registro, caso em que a Impugnante se enquadra”;
- r) “a jurisprudência consolidada do Colendo Superior Tribunal de Justiça, se mostra favorável a Impugnante, confirmando o direito adquirido à renovação incondicional do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social”;
- s) “o Auto de Infração combalido ao exigir da Impugnante o preenchimento de outros requisitos, além dos previstos no art. 14 do CTN, viola a Constituição Federal, bem como viola o direito adquirido à imunidade tributária, previsto no art. 1º, § 2º do Decreto-Lei nº 1.572/77”;

#### **IV - Do direito adquirido à imunidade tributária**

- a) “a Constituição Federal protege os direitos subjetivos que ingressaram no patrimônio do cidadão, mantendo as situações consolidadas na vigência da lei anterior, determinando o limite temporal da aplicação da lei”;
- b) “com o advento do mencionado Decreto-Lei [nº 1.572/77], as entidades já reconhecidas como sendo de utilidade pública passaram a ter que possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social”;
- c) “por conta desta nova exigência, o próprio Decreto-Lei [nº 1.572/77] garantiu o direito adquirido das entidades de utilidade pública à imunidade tributária até que fosse renovado e/ou concedido o dito certificado”;
- d) “o pedido de renovação do certificado formulado pela Impetrante, inicialmente indeferido pela autoridade administrativa, ainda aguarda o julgamento do recurso por ela apresentado”;
- e) “de acordo com o referido Decreto-Lei, a Impugnante tem o direito adquirido de se beneficiar da imunidade tributária, por obedecer aos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional, até que haja decisão definitiva da autoridade administrativa sobre o pedido de renovação do certificado em questão”;
- f) “a Impugnante possui o direito adquirido à imunidade tributária, até que a autoridade administrativa profira decisão definitiva em relação à renovação de seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS”;

#### **V - Da aplicação do princípio da verdade material**

- a) “à matéria combalida [sic] na presente Impugnação, impõe-se a alusão ao princípio constitucional da verdade material, corolário do princípio da legalidade, que se consubstancia na busca pela aproximação entre a realidade factual e sua representação formal, pela aproximação entre os eventos ocorridos na dinâmica econômica e o registro formal de sua existência, entre a materialidade do evento econômico e sua formalização através do lançamento tributário”;
- b) “a busca pela verdade real ou material deve nortear as atividades dos intérpretes do direito tributário e, mormente, da Administração fiscal, mesmo quando isso venha a contrariar os interesses arrecadatórios da Fazenda Pública”.

A impugnante ainda requer:

- a) “que a presente Impugnação Administrativa seja conhecida e provida, em face do reconhecimento da imunidade tributária da Impugnante, para que o Auto de Infração seja julgado totalmente improcedente pelas razões de direito apresentadas [...]”
- b) “provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, notadamente pela posterior juntada de documentos que se fizerem necessários”;
- c) “que todas as intimações relativas ao presente Auto de Infração sejam efetuadas em nome dos advogados Carlos Roberto Siqueira Castro, inscrito na OAB, seção do Ceará, sob o n.º 14.325-A, com endereço profissional na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, à Avenida Santos Dumont, 1789 - 16º Andar, sob pena de nulidade”.

**A Contribuinte foi intimada da decisão recorrida pela via eletrônica em data de 01/03/2017 (Termo de Ciência por Decurso de Prazo de fls. 310), apresentado o Recurso Voluntário de fls. 314-338 em 31/03/2017 (Termo de Análise de Solicitação de Juntada de fls. 313), requerendo que seja reconhecida a imunidade tributária, julgando o Auto de Infração improcedente, o que fez com os mesmos argumentos da peça de impugnação.**

Inicialmente, o julgamento do recurso foi convertido em diligência através da Resolução n.º 3402-001.251 (e-fls. 344-351), proferida para sobrestrar o julgamento do presente caso até o trânsito em julgado do RE 566.622, na forma do Ofício 594/R.

Através do Despacho de Devolução de fls. 354-355, foi informado nos autos que o Recurso Extraordinário n.º 566.622 teve seu julgamento final dos Embargos Declaratórios, decidido nos seguintes termos:

Decisão: O Tribunal, por maioria, acolheu parcialmente os embargos de declaração para, sanando os vícios identificados, i) assentar a constitucionalidade do art. 55, II, da Lei n.º 8.212/1991, na redação original e nas redações que lhe foram dadas pelo art. 5º da Lei n.º 9.429/1996 e pelo art. 3º da Medida Provisória n. 2.187-13/2001; e ii) a fim de evitar ambiguidades, conferir à tese relativa ao tema n.º 32 da repercussão geral a seguinte formulação: “A lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas”, nos termos do voto da Ministra Rosa Weber, Redatora para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio (Relator). Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 18.12.2019.

Com isso, o processo foi incluído para novo sorteio perante este Colegiado.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Cynthia Elena de Campos, Relatora.

### 1. Pressupostos legais de admissibilidade

Conforme análise já realizada através da Resolução nº 3402-001.251, reitero que o Recurso Voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade, motivo pelo qual deve ser conhecido.

### 2. Da necessidade de conversão do julgamento do recurso em diligência.

Como relatado, versa o presente litígio sobre crédito tributário constituído por meio de auto de infração lavrado no valor total originário de R\$ 41.146,79, correspondente ao Imposto de Importação, ao IPI, à COFINS-Importação e ao PIS/PASEP-Importação, além de multas e juros de mora, incidentes sobre mercadorias importadas através da Declaração de Importação nº 13/0130454-0.

**Como bem destacado na Resolução nº 3402-001.251, a controvérsia em análise se restringe a definição sobre quais são os requisitos legalmente exigidos para o gozo da imunidade destinada às entidades benfeicentes, resultando na análise sobre a aplicação do art. 14 do Código Tributário Nacional ou do disposto no art. 55 da Lei nº 8.212/91.**

Argumenta a Recorrente que: (i) é imune ao pagamento dos tributos exigidos, haja vista o disposto nos artigos 150, inciso VI, alínea "c", 195, § 7º e 146, inciso II, todos da *Magna Lex*, bem como o disposto no art. 14 do Código Tributário Nacional e, (ii) atende todos os requisitos estabelecidos em lei complementar para gozar da imunidade citada.

Alega ainda que foi reconhecida como entidade de utilidade pública por meio de leis municipais e estaduais, bem como por decreto federal, obtendo o direito a imunidade constitucional dos tributos incidentes nas suas atividades, conforme se pode atestar nos documentos de fls. 198/214.

Saliento que foram apresentados com a peça de impugnação os seguintes documentos:

- ✓ Lei Municipal nº 3875/71, Lei Estadual nº 9455/71 e Decreto Federal nº 86.871/1982, todas declarando a Entidade como sendo de utilidade pública;
- ✓ Atestado de registro da Entidade no Conselho Nacional de Assistência Social;
- ✓ Certidão do Ministério da Justiça atestando a manutenção do título da utilizada pública conferido pelo Decreto Federal nº 86.871/82;
- ✓ Parecer Municipal exarado no Processo 2004/082250 após Fiscalização quanto ao atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional;

- ✓ Certidão de trânsito em Julgado da decisão concessiva da segurança no Mandado de Segurança nº 99.0009623-1;
- ✓ Acórdão do TRF da 5<sup>a</sup> Região ratificando sentença monocrática;
- ✓ Recurso Administrativo contra indeferimento da renovação do CEBAS.

Através do Recurso Extraordinário nº 566.622/RS, julgado na sistemática de repercussão geral<sup>1</sup>, o Egrégio Supremo Tribunal Federal analisou a constitucionalidade formal do art. 55 da Lei nº 8.212/1991.

Recentemente, o plenário do Egrégio Supremo Tribunal Federal, em julgamento aos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário 566.622, seguindo o voto da Ministra Redatora Rosa Weber que divergia, em parte, do voto do Relator Marco Aurélio, assentou o entendimento de que:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO SOB O RITO DA REPERCUSSÃO GERAL. TEMA N.º 32. EXAME CONJUNTO COM AS ADI'S 2.028, 2.036, 2.228 E 2.621. ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. IMUNIDADE. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. ARTS. 146, II, E 195, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CARACTERIZAÇÃO DA IMUNIDADE RESERVADA À LEI COMPLEMENTAR. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DISPONÍVEIS À LEI ORDINÁRIA. OMISSÃO. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 55, II, DA LEI N.º 8.212/1991. ACOLHIMENTO PARCIAL.

1. Aspectos procedimentais referentes à certificação, fiscalização e controle administrativo são passíveis de definição em lei ordinária, somente exigível a lei complementar para a definição do modo beneficiante de atuação das entidades de assistência social contempladas no art. 195, § 7º, da Lei Maior, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas.
2. É constitucional o art. 55, II, da Lei nº 8.212/1991, na redação original e nas redações que lhe foram dadas pelo art. 5º da Lei 9.429/1996 e pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.187-13/2001.
3. Reformulada a tese relativa ao tema nº 32 da repercussão geral, nos seguintes termos: “A lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficiante de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas.”
4. Embargos de declaração acolhidos em parte, com efeito modificativo.

Não obstante o posicionamento a ser adotado por esta Relatora quanto ao mérito, o fato é que, para melhor segurança deste Colegiado na apreciação do litígio, é relevante que seja confirmado neste processo se a Recorrente cumpre com os requisitos indicados para garantia da imunidade pretendida, quais sejam: a previsão do art. 14 do Código Tributário Nacional ou, ainda, do disposto no art. 55 da Lei nº 8.212/91.

Observo que além dos documentos trazidos com a peça de impugnação, igualmente chama a atenção as seguintes afirmações indicadas em relatório da decisão de primeira instância, acima reproduzidas:

<sup>1</sup> REPERCUSSÃO GERAL - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IMUNIDADE - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ARTIGO 195, § 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Admissão pelo Colegiado Maior.

(RE 566622 RG, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 21/02/2008, DJe-074 DIVULG 24-04-2008 PUBLIC 25-04-2008 EMENT VOL-02316-09 PP-01919 )

- ✓ Que, por conta desta nova exigência, o próprio Decreto-Lei n.º 1.572/77, garantiu o direito adquirido das entidades de utilidade pública à imunidade tributária até que fosse renovado e/ou concedido o dito certificado;
- ✓ O pedido de renovação do certificado formulado pela Impetrante, inicialmente indeferido pela autoridade administrativa, ainda aguarda o julgamento do recurso por ela apresentado”;
- ✓ De acordo com o referido Decreto-Lei, a Impugnante tem o direito adquirido de se beneficiar da imunidade tributária, por obedecer aos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional, até que haja decisão definitiva da autoridade administrativa sobre o pedido de renovação do certificado em questão;
- ✓ A Impugnante possui o direito adquirido à imunidade tributária, até que a autoridade administrativa profira decisão definitiva em relação à renovação de seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

Diante de tais fatos, a depender da documentação que a Recorrente venha a apresentar, será possível verificar se estão supridos os requisitos legais, permitindo ao Colegiado melhor posicionamento sobre o caso em análise.

Ademais, por atenção ao Princípio da Verdade Material, a Administração deve tomar decisões com base nos fatos tais como se apresentam na realidade.

Observo que a Lei nº 9.784/1999 assim prevê:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

Art. 29. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulso do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

Art. 39. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

Com tais considerações, antes de proceder ao julgamento deste processo, voto pela conversão do julgamento do recurso em diligência, **para que a Unidade de Origem proceda à intimação da Recorrente para que, no prazo de 30 (trinta) dias, comprove nos autos o atendimento aos requisitos do artigo 55 da Lei n.º 8.212/1991 e/ou do artigo 14 do Código Tributário Nacional, especialmente com relação ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), bem como esclareça se tais requisitos encontravam-se satisfeitos no período abrangido pelo lançamento objeto deste litígio.**

Após o prazo acima especificado, com ou sem manifestação da parte, retornem os autos para julgamento.

É a proposta de Resolução.

(assinado digitalmente)

Cynthia Elena de Campos